

VIDA, TERRA E MINÉRIO: as histórias de vida dos moradores de Piquiá de Baixo em Açailândia-MA em rede


LIFE, EARTH AND ORE: the life stories of the residents of Piquiá de Baixo in Açailândia-MA network

VIDA, TIERRA Y ORE: las historias de vida de los residentes de Piquiá de Baixo en la red de Açailândia-MA

César Alessandro Sagrillo Figueiredo

Doutor em Ciências Políticas e pós-doutorando pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT).


cesarpolitika@gmail.com

 0000-0002-6011-9527

Carmem Barroso Ramos

Doutora em História. Professora da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (Uemasul).

carmembarr@gmail.com

 0000-0002-8036-4490

Jose Siney Ferraz Rodrigues


Doutor em História. Docente da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (Uemasul).

sineyferrazferraz@gmail.com

Roseane Arcanjo Pinheiro

Doutora em Comunicação Social. Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

roseane.ufma@gmail.com

 0000-0002-8613-0687

Jean Pierr de Sousa Viana Figueiredo

Estudante da Licenciatura em Ciências Humanas na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

jeanviana40@gmail.com

Endereço para correspondência: Universidade Federal do Tocantins. Rua Rua 06, s/n, Bairro Vila Santa Rita, CEP. 77900-000 – Tocantinópolis/TO

RESUMO:

A comunidade de Piquiá de Baixo, localizada na Cidade de Açailândia/MA, se mantém em luta pelo seu espaço, a fim de manter seu legado e o direito à moradia. Este percurso veio de um longo processo que configurou intenso painel de enfrentamentos, iniciado com a luta pela fixação na terra, com a chegada dos latifundiários e se estendendo até o impacto ambiental causado pelas empresas mineradoras. Nesse cenário conflitivo, trazemos como objetivo examinar as formas de denúncia e resistências dos moradores, tendo como locus privilegiado de análise as histórias de vida dos moradores. Tratar-se-á de uma pesquisa qualitativa, com dupla abordagem: a cartografia social, que valoriza as memórias coletivas e o discurso em uma rede social que repercute as histórias de vida. Constatamos que há um empoderamento e denúncia política através do ativismo digital, contrário ao discurso hegemônico.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia Oriental; Comunidades Rurais; Memórias, Ativismo digital.

Recebido: 07.05.2020
Aceito: 06.07.2020.
Publicado: 31.08.2020.

Introdução

Ao trabalharmos com comunidades locais devemos colocar em relevo sua gênese formativa, suas trajetórias de lutas e, principalmente, seus agentes sociais que vieram a formar estas comunidades. Tais perspectivas, com vista a buscar um mosaico do lócus, tornam-se ainda mais complexo quando trabalhamos com comunidades urbano/rurais híbridas¹, que possuem severos quadros conflitivos na sua história, sendo marcada por embates e resistência com vistas ao fortalecimento não somente de seu legado, mas também na manutenção de um *habitus*² e de um *ethos* de vida. Como universo de pesquisa, trabalhamos nesse artigo com a comunidade de Piquiá de Baixo, na cidade de Açailândia, no Maranhão³.

Esta comunidade possui algumas características bem particulares, pois fora construída pelo contínuo processo de luta, primeiramente pelo percurso de fixação em uma área de riquezas naturais consideráveis, a partir do advento da rodovia Belém-Brasília, nos anos 70, posteriormente, pelo processo de conflito advindo da instalação das siderúrgicas de ferro gusa. Nesse percurso de resistência, a comunidade de Piquiá de Baixo empreendeu um processo de empoderamento a fim de fazer frente ao capital que procurava impactar as suas vidas e extirpar as condições de *habitus* local, bem como empreendendo, posteriormente, um processo contínuo visando denunciar as consequências deletérias causadas pela instalação dessas indústrias no seu entorno. Mediante delineamento exposto, este artigo possui como objetivo principal examinar as formas de denúncia, de lutas, de resistências e de vida dos moradores do Piquiá, tendo como lócus privilegiado de análise as representações dos moradores nas páginas das mídias digitais, materializadas em histórias de vida.

A fim de trabalharmos com este universo, cumpre refinar o artigo nos momentos seguintes, justamente com o intuito de melhor enquadramento no escopo pretendido, quais sejam: 1) o cenário da comunidade e a sua importância dentro do lócus da Amazônia Oriental, visando, portanto, o enquadramento da região, da cidade e da comunidade de Piquiá em face dos primeiros conflitos advindos da expansão do

¹ Para a caracterização das transformações do universo rural em curso no cenário brasileiro, principalmente, as convergências e rupturas provocados pelo universo urbano no rural, assim como a proletarianização dos trabalhadores camponesa em trabalhadores assalariados, reportamos nesse artigo como aporte teórico ao texto de José Graziano Silva, em *O novo rural brasileiro*, 1997.

² Refletimos a questão de *habitus* a partir do aporte teórico de Bourdieu, em que o autor elabora a relação entre indivíduo e sociedade com base nesta categoria, afirmando que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. O *habitus* é uma subjetividade socializada (BOURDIEU, 1992, p. 101).

³ Pesquisa realizada a partir do projeto *Cartografia social de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA: memórias, trajetórias, política e ativismos midiáticos*, aprovado pela FAPEMA de acordo com o edital 002/2019/UNIVERSAL.

agronegócio e das empresas mineradoras; 2) as vozes da comunidade de Piquiá, destacando neste momentos as consequências deletérias causadas por essas grandes indústrias, assim como o impacto no cenário urbano/rural híbrido na Amazônia Oriental e a tentativa de irromper essas invisibilidades; e, 3) as transformações das reivindicações em atos políticos, dando destaque sobremaneira para o trabalho desenvolvido nas mídias digitais, por exemplo, a página no *Facebook* da Justiça nos Trilhos⁴.

Para efeito metodológico esta tratar-se-á de uma pesquisa qualitativa, em que trabalharemos com a metodologia de análise através da cartografia social, como forma de estudo articulador e dinâmico das referências reunidas no trabalho de campo, quais sejam: representações e relações de força; movimentos e enfrentamentos. Como técnicas de pesquisa que melhor subsidiaram nosso trabalho em campo, operacionalizamos revisão bibliográfica, reconstituição histórica, histórias de vida e, sobretudo, análise de discurso dos materiais digitais com vistas a compor o tema da pesquisa, para, desta forma, convergir ao objetivo proposto.

Vidas em conflito na Amazônia Oriental

A fim de enquadrarmos e analisarmos a cidade de Açailândia dentro do escopo deste artigo, primeiramente, devemos situá-la espacialmente dentro do lócus geográfico em que faz parte, procurando realçar tanto os aspectos históricos quanto os políticos, tão marcantes no seu tempo presente. Açailândia está inclusa na região metropolitana da cidade de Imperatriz, considerando esta cidade como um polo regional e integrante da Mesorregião Oeste maranhense, com localização limítrofe entre o Sudoeste do estado do Maranhão e Norte do Tocantins. Torna-se importante compreendermos Imperatriz como Cidade Polo, referenciando-nos em Milton Santos (SANTOS, 2008; SANTOS & SILVEIRA, 2001), onde o autor enfatiza com maestria que uma cidade adquire relevo como polo quando possui uma funcionalidade que abrange além do seu próprio espaço, igualmente, as cidades circunvizinhas do seu entorno; vindo a tornar-se, por conseguinte, uma cidade principal através dos setores de serviços, trabalho, assim como construindo ações, redes e relações de poder, moldando o espaço geográfico em que está e interligando-se geograficamente através da região.

⁴ A rede social tem atualmente 2 bilhões de usuários ativos e cerca de 127 milhões de usuários ativos no Brasil, sendo a maior plataforma em termos absolutos. In: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/01/28/facebook-anuncia-medidas-para-protger-privacidade-dos-usuarios.htm>. Acesso em: 2 maio de 2020.

Tais características para definir as especificidades regionais tornam-se de fundamental importância, uma vez que a cidade de Açailândia veio a se emancipar de Imperatriz em 1981, tendo, portanto, até esta data, referências históricas e políticas que somente podem ser explicadas considerando a sua gênese formativa. Nessa perspectiva, este processo de gênese da cidade deve ser explicado pelo universo de expansão das malhas rodoviárias nacionais, a partir dos anos 50, com a construção da rodovia Belém-Brasília (FRANKLIN, 2008), que fez com que houvesse um processo de rápida emergência da região no cenário regional, tornando a cidade de Imperatriz o principal destaque expansionista e, conseqüentemente, a futura Açailândia emergindo junto neste cenário.

Desta forma, Açailândia nasceu como reflexo dessa expansão, fruto principalmente dos diversos migrantes que vieram se alojar à beira da estrada Belém-Brasília, vindo a ter uma grande absorção dessa mão de obra migrante pelo trabalho na rodovia. Assim, o intenso fluxo migratório, tanto de moradores do Maranhão quanto egressos de outros estados nacionais, transformou a cidade de Imperatriz e o seu entorno, como a futura Açailândia, num grande "formigueiro humano", sobretudo recebendo os flagelados da seca do Nordeste nesta região, que era considerada o último "Eldorado verde", haja vista que é denominado como o Portal da Amazônia Oriental, justamente pelas características geográficas (IDEM, 2008).

Devemos ainda considerar as características do bioma local, que fez com que ocorresse um rápido processo de assentamentos locais dessa população migrante, criando, conseqüentemente, prósperas comunidades rurais. Quanto ao bioma, torna-se pertinente realçar suas características, pois este se apresentava como um recurso natural favorável para esse processo de fixação dos trabalhadores rurais, uma vez que se encontrava em uma rica zona de convergência entre a Floresta Amazônica, o Cerrado e a Mata dos Cocais, esta última tendo grande relevo no cenário pelo manejo das comunidades tradicionais das quebradeiras de coco babaçu desde este período. Destacamos que este cenário natural e seus primeiros núcleos formativos vieram a ser muito ameaçados nos anos posteriores exatamente pelos ciclos econômicos que se sucederam na região, quais sejam: 1) ciclo madeireiro; 2) ciclo do ouro⁵; 3) ciclo do

⁵ Consideramos para estudo o ciclo do ouro como o período do final dos anos 1970 e início dos 1980. Embora não houvesse minas extrativistas em Açailândia e região (MA), a cidade de Imperatriz se tornou um dos principais centros comerciais de materiais extraídos no garimpo, fazendo, portanto, com que toda a região em seu entorno tivesse reflexos (positivos ou negativos) do fausto econômico comercial, advindo dos garimpos do Norte do Brasil (FRANKLIN, 2008; TEIXEIRA, 2016).

agronegócio, ampliado, atualmente, 4) com o ciclo das empresas de ferro gusa, que vieram a se instalar exclusivamente na região de Açailândia.

Nesse processo de instalação do capital, enfatizamos que houve severos processos de rupturas locais em Açailândia, no seguinte gradiente: 1) primeiramente das comunidades tradicionais extrativistas sendo expulsas pelos diversos ciclos econômicos; 2) posteriormente, houve a expulsão dos trabalhadores rurais e pequenos posseiros, que se instalaram na região a partir do advento da rodovia Belém-Brasil, sendo estes empurrados para fora das suas zonas de trabalho com a chegada dos latifúndios e das grandes indústrias nos inícios dos anos 80. Este processo extremamente dialético visava, sobremaneira, a conjugação da construção do capital com desenvolvimento econômico da cidade de Açailândia, melhor dito, a sedimentação dos centros corporativos em detrimento dos moradores de áreas rurais, fato social que gerou até o presente momento inúmeras sequelas para a população residente na cidade, uma vez que, obviamente, o grande capital não conseguiu absorver toda a comunidade para seus postos de trabalhos, causando, por consequência, um grande processo de exclusão social.

Salientamos, também, que em virtude desses ciclos econômicos, houve um contínuo processo de proletarização no campo. Tal dinâmica de proletarização, nos anos seguintes a instalação do agronegócio, e principalmente das empresas de ferro gusa, veio a transformar trabalhadores rurais em empregados da indústria; - sendo que, além de desmanchar a dinâmica do trabalho rural, refletiu ainda nas mudanças da cultura tradicional material e imaterial camponesa, visto que em virtude do trabalho diário nas indústrias, por conseguinte, não haveria a conservação das práticas rurais. Nesse percurso, igualmente, houve a quebra da manutenção das pequenas propriedades rurais, acarretando, portanto, a não comercialização dos produtos agrícolas e das trocas campo/cidade.

Ainda, além da tentativa de aniquilamento da produção agrícola familiar, sublinhamos que o fato de fomentar essas grandes indústrias na cadeia local trouxe como última consequência a quase extinção de parte do bioma da região, portanto, da natureza como forma de sobrevivência dessas comunidades rurais em seu habitat natural. Realçamos nesse cenário, por exemplo, a fragilidades advindas para as comunidades tradicionais do Coco Babaçu, visto que a exploração do babaçu é considerada um patrimônio cultural das quebradeiras de coco (ALMEIDA, 1995), sofrendo, por consequência dessas grandes corporações, uma constante tentativa de

aniquilação dessa força tradicional de trabalho. De igual modo, verificamos, em virtude de ser uma zona de constante grilagem por grandes latifúndios, a ocorrência de severos conflitos de terra, principalmente registrados a partir da década de 1970 e 80, em face do advento das grandes pastagens para uso comercial do gado, ganhando, como era de se esperar no período, a força da bala e do capital (TEIXEIRA, 2016).

Açailândia foi emancipada de Imperatriz em 1981, portanto, marcada por todos esses conflitos, porém, mesmo assim, contraditoriamente, veio a tornar-se uma cidade extremamente atrativa para o grande capital por motivos diversos. Conforme explicitado, a demarcação geográfica da cidade e da região como atrativo polo nacional em face dos sucessivos ciclos econômicos, fez com que na década de 80 a cidade viesse a se tornar extremamente florescente para o grande capital internacional e, sobretudo, para os megaprojetos econômicos associados com o governo nacional, com vistas a transformar o espaço num complexo industrial para as empresas mineradoras. Evidenciamos que neste período vivíamos o crepúsculo da ditadura civil-militar (1964-1985), que mesmo estando nos seus estertores finais ainda tinha muita força autoritária. Logo, qualquer tentativa de confronto dos moradores locais, na sua maioria pequenos agricultores, pouco poderiam fazer frente às grandes corporações que surgiam, logo, era uma luta extremamente desigual, visto a fragilidade que já havia em face do confronto com os grandes latifundiários e com grileiros, que eliminavam fisicamente os adversários a fim de expandir territórios e pastagens (TEIXEIRA, 2016).

Esse início dos anos 80 é marcado por toda a expansão do ciclo do extrativismo mineral na região Norte do Brasil, e justamente pelas especificidades regionais de Imperatriz e o seu entorno com destaque para Açailândia, esses lócus geográfico sofreu com todo o reflexo do *boom* econômico do período, tornando Imperatriz o centro comercial especialmente do ouro e Açailândia como futuro escoador da produção das siderúrgicas, em face justamente de passar pela cidade a estrada de ferro Carajás provinda do Norte do Brasil e que trazia o material das minas de extração. Na década de 1980 se instalaram 5 siderúrgicas em Açailândia, quais sejam: Ferro Gusa do Maranhão S/A (FERGUMAR), Viena Siderúrgica e Cia, Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré (COVAP), Gusa Nordeste e Siderúrgica do Maranhão S/A (SIMARA), empresas responsáveis pelo melhoramento do minério extraído da região amazônica, conectando-se à exportação internacional das grandes indústrias. Obviamente que este processo de expansão das grandes corporações trouxe grandes avanços para as cidades que se beneficiaram desse fausto econômico, tanto para Imperatriz, como

entrepósito comercial, quanto para Açailândia, que se tornou um grande polo industrial de processamento mineral (REIS, 2013).

Porém, mais uma vez realçamos que este fausto não foi generalizado para todos os segmentos, visto que, via de regra, estas grandes indústrias de transformação que utilizam tecnologias de ponta absorveram de forma não qualitativa a mão de obra local para o seu processo produtivo, delegando essa função à mão de obra especializada provinda dos grandes centros nacionais, sendo muito bem remunerados. Assim, como consequência gravosa, houve um processo de ajuste forçado extremamente insalubre do universo rural junto ao urbano, melhor dito, houve um processo de asfixia do rural pelo urbano para empregos subalternos, apresentando, por conseguinte, todas as características deletérias que essa situação trouxera para os moradores de áreas rurais (SILVA, 1997).

Ou seja, esse avanço econômico longe de trazer soluções e melhorias na qualidade de vida tornou-se objeto de novos conflitos, conforme já mencionado, resultando nas seguintes caracterizações: 1) um processo de proletarização do campo, quando muitas vezes os camponeses abriram mão do seu trabalho na agricultura para vincularem-se como assalariados nessas indústrias; 2) o desmanche da dinâmica tradicional dessas comunidades, que mesmo vivendo próximo do núcleo urbano até a instalação das grandes indústrias ainda conseguia manter a preservação de um *habitus* de vida vinculados ao campo; e, 3) no tocante ao bioma, veio a extirpar consideravelmente o que restava das reservas naturais do ambiente da região (IDEM, 1997). Em síntese, tais cenários deletérios não foram de modo algum relevados pelo aparelho do Estado ditatorial no período de instalação, pois este primava, como objeto mais importante do seu *commodity portfolio*, a exploração mineral em larga escala para o mercado internacional.

Entre as comunidades que mais gravosamente sentiram esses impactos deletérios do grande capital em Açailândia foram os moradores do bairro Piquiá, especificamente da comunidade de Piquiá de Baixo, uma vez que houve um processo forte de instalação dessas empresas no entorno da localidade, não somente asfixiando o seu *habitus* rural/urbano híbrido, como também transformando a vida de todos os moradores da comunidade numa situação extremamente complexa, principalmente com impactos e sequelas na saúde. Conforme sabido, qualquer grande empresa de transformação que venha a se instalar deve possuir um protocolo mínimo de sustentabilidade, a fim de poder operacionalizar com uma infraestrutura compatível

para a saúde dos moradores, entretanto, não foi o que ocorreu na região, pois os moradores do Piquiá foram os que mais sofreram com impacto nas suas vidas diárias pelo advento dessas grandes indústrias de ferro instaladas.

A partir dessa condição insalubre, houve uma grande crítica por causa das perigosas condições de vida, em razão da fuligem e da poluição, assim como dos acidentes graves e pela falta de planejamento ambiental dessas grandes empresas. Ainda, em relação a toda a modernidade prometida pelo grande capital, em consórcio com a ditadura civil-militar, tal progresso não chegou de forma nenhuma para essa pequena comunidade, haja vista que houve um percurso severo de extinção de direitos e erosão do seu ambiente de vida natural. Como resposta ao pouco caso governamental, houve um processo lento, mas contínuo de empoderamento da comunidade local brigando por justiça, por saúde e pelos seus direitos, ou seja, justamente com o objetivo principal de fazer frente a esse processo altamente impactante e que tanto prejudicou suas realidades rurais e trouxe diversos conflitos as suas vidas, assim como forçando um novo *habitus* campo/cidade (SILVA, 1997).

As Vozes do Piquiá querem ecoar: seguindo os rastros dos moradores do Piquiá de Baixo em Açailândia – MA

Quanto a este percurso de luta, como tantas outras comunidades, bairros e vilas pelo interior do Brasil, as pessoas de Piquiá de Baixo em Açailândia – MA revelam em suas memórias os caminhos percorridos em busca de melhores condições de vida, se desagregando de suas famílias de origem para construir outros laços. Nessas novas relações, novos pertencimentos e engajamentos se fizeram presentes diante do poder público que insiste em mantê-los ocultos; porém, os moradores não se calam, fizeram melhor, se organizaram. Essa união que se deu desde a origem do bairro os mantém irmanados e lhes garantiu permanecer em alerta diante do cotidiano e suas transformações.

A chegada da ferrovia da empresa Vale, das siderúrgicas e das fabricas de cimento, deixaram a comunidade muito vulnerável em todos os aspectos, conforme já explicitado, em face dos impactos da poluição ambiental e sonora, até culminando com a expropriação da comunidade de seu lugar. Dessa forma, o embate só poderia vir através da força coletiva dos moradores do Piquiá de Baixo que furaram o bloqueio da invisibilidade fazendo suas vozes ecoarem bem longe. De acordo com Pereira (2019), a autora descreve que os moradores se organizaram em torno de uma entidade, a

Associação Comunitária de Moradores de Piquiá e decidiram lutar todos juntos pela redução da poluição no bairro, pela reparação dos impactos gerados em decorrência das operações industriais e de toda a cadeia de mineração: a alternativa foi denunciar as empresas em redes de articulação local, nacional e global.

Em face dessas lutas, enveredando pelas memórias dos moradores de Piquiá de Baixo através de seus relatos, seguiremos os rastros de suas trajetórias, decepções, resistências e conquistas. Assim, mediante este delineamento, consideramos que a função de pesquisar sobre a memória e história de comunidades é, acima de tudo, desconstruir os estudos da história linear. Com este enfoque, em sua obra “Memoria e História”, Le Goff afirma que a história do testemunho jamais deixou de estar presente no desenvolvimento dos estudos acadêmicos das ciências sociais. Paradoxalmente se assiste a crítica deste tipo de história pela vontade de colocar a explicação no lugar da narração, mas também, ao mesmo tempo, presencia-se o renascimento da história-testemunho através do “retorno do evento” ligado às novas mídias, ao trabalho de jornalistas entre os historiadores e ao desenvolvimento da “história imediata” (LE GOFF, 1990).

Pierre Nora (1993), a seu turno, nos traz uma relevante discussão sobre a relação entre memória e história afirmando que estas duas searas estão longe de serem sinônimos, pois há uma oposição entre estes campos. Segundo o autor a memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento; inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e modificações. Já a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, enquanto a memória é um fenômeno sempre atual, e conseqüentemente, um elo vivido no eterno presente.

Neste contexto vamos abordar principalmente através da memória da comunidade pesquisada, a formação dos povoamentos da região como reflexos da transformação das áreas rurais em vilas, bairros e cidades, muitas delas se transformando em comunidade urbana/rural híbrida. Tendo em análise o caso de Piquiá de Baixo em Açailândia, é uma comunidade de beira de estrada que se formou a partir da chegada de muitos migrantes sendo que seus espaços de moradia se favelizaram e, conseqüentemente, foram tratados como rejeito social, ou seja, grupos invisíveis aos olhos do Estado.

A fim de caracterizar melhor o universo de pesquisa, convém explicitar que o

êxodo rural-urbano, segundo Queiroz (1969, p. 94) causou um processo de aceleração e formação de bairros e favelas rurais, primeiramente nas pequenas cidades. Os trabalhadores rurais se aglomeravam nas periferias das cidadezinhas e vilas, sendo, assim, expulsos de suas terras agricultáveis, migravam à procura de terras férteis. “Ali formavam um conjunto miseráveis de ranchos em terras devolutas ou em terras abandonadas de solo ruim” (IDEM). Nessa linha é válida a discussão que Martins (2008, p. 50) traz sobre a diferença entre periferia e subúrbio, observando que há uma má interpretação nestes dois conceitos, quais sejam: 1) Martins explica que no subúrbio os lotes eram grandes, as casas tinham espaço para o grande quintal, um remanescente do rural que permanecia no urbano: fruteiras, hortas, galinheiros, jardins; no mundo suburbano a memória rural resiste. 2) A periferia já é o produto da especulação imobiliária, ruas estreitas, calçadas estreitas, falta de praças, terrenos minúsculos, sujeira e fedor. Portanto, a periferia é a designação dos espaços caracterizados pela urbanização patológica, pela negação do propriamente urbano. Assim, foi incorporada a definição de periferia para tudo que não é cidade. Dessa forma o subúrbio, resquício tradicional entre o campo e a cidade, foi apagado como um lugar com um modo de vida comunitário e acolhedor gerador de novos pertencimentos.

A comunidade de Piquiá de Baixo traz em sua gênese, deste modo, traços das categorias descritas acima; em primeiro lugar tem características de subúrbio, casas com quintais grandes cheios de frutas e hortas, uso coletivo dos espaços de mata e do rio. Mais adiante, com a entrada do complexo Estrada de ferro Carajás-Companhia Vale do Rio Doce e as demais empresas siderúrgicas que se instalaram, o lugar veio a ser transformado em um bairro com características periféricas, pois as empresas instaladas usurparam seus quintais, poluíram o ambiente, degradaram tudo em volta da comunidade.

De acordo com a memória do senhor Joaquim de 78 anos, ele lembra como nasceu o Piquiá de Baixo. Vindo da Bahia em 1964 junto com sua família, diz que no início da ocupação aqui em Açailândia podia ter 20 casinhas, lá na beira da bueira, lá em baixo,

[...] o rio nessa época era bom demais, tinha muito peixe, muito açaí, a água limpinha, mas aí quando chegou as empresas os açaís foram morrendo, foram acabando, jogavam bagulho no rio e os peixes foram acabando, quando essas empresas foram chegando (...) ninguém banhava mais no rio porque saía de lá se coçando⁶.

⁶ O relato consta no livro *Liberdade caça jeito: histórias de todos na história de cada um*, precisamente no capítulo O

Também, o relato de Dona Francisca Silva⁷, conhecida em Piquiá como Dona Tida, expressa sua jornada de lugar em lugar,

Sou natural do Ceará. Quando eu vim embora pra cá eu vim com meus pais e irmãos. Nós éramos onze irmãos. Eu só tinha seis anos quando vim para o Maranhão. Quando viemos para o Maranhão, viemos primeiro para uma cidade chamada de São Domingos, lá eu me criei com meus irmãos. Quando tinha dez anos meu pai falece, nós ficamos órfãos de pai. Sai de lá e vim pra Barra do Corda. Moramos num lugar chamado Alto Alegre dos Padres. Quando sai de lá de Barra do Corda eu já era casada e mãe de dois filhos. Viemos pra cá pra Piquiá em 1981. Tem 38 anos que moro no Piquiá.

Podemos perceber que a trajetória de vida de dona Tida é parecida com a de muitos migrantes brasileiros, sempre com as malas nas costas. Martins (2008) enfatiza que nesses momentos de luta pela sobrevivência o homem comum é dividido e impotente, cria e recria ritos e procedimentos cotidianos. Recicla relações sociais, reapropria as tradições para enfrentar a privação de história e de compreensão plena que lhe impõe a modernidade, que o minimiza e o coisifica. Assim, ele adere, resistindo para viver e vencer a seu modo o mal-estar da sociedade da incerteza.

A partir do cruzamento de fontes tanto documentais, como também a do levantamento da história oral dessas comunidades de beira de estrada, buscamos organizar nossa análise⁸. As narrativas de muitos moradores que fundaram bairros e até mesmo cidades e vilas ao redor das estradas da região são de luta, trabalho, aventuras e muito sofrimento. Nesta caracterização, Eclea Bosi (1994) evidencia que os deslocamentos constantes, frutos da vida moderna, forçam o não enraizamento num dado espaço, ou comunidade de origem; complementa, ainda, que esse desenraizamento é uma condição desagregadora da memória condicionada pela busca de terra e trabalho para sobreviver, sendo desprezados os vínculos e as relações sociais. A autora reforça,

Ter um passado: eis outro direito da pessoa que deriva de seu enraizamento. Entre as famílias mais pobres, a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das

grito e a beleza em Piquiá de Cima a Baixo dos autores Pereira et. Al (2019).

⁷ Entrevista realizada em 09 de novembro de 2019 em Piquiá de Baixo.

⁸ Para aporte das análises nos apoiamos na perspectiva teórica de Thompson (1992, p. 176) que deixa claro que “todas elas [as fontes] são falíveis e sujeitas a viés, e cada uma delas possui força variável em situações diferentes. Em alguns contextos, a evidência oral é o que há de melhor; em outros, ela é suplementar, ou complementar, à de outras fontes”.

lembranças (IDEM, 1994, p. 443).

A migração, portanto, é um fenômeno que conduz essas pessoas ao desterro do seu passado, forçando-os a reconstruir laços com novas pessoas. Ocorre uma instabilidade espacial, aquela confiança de que os seres de suas convivências não se perderiam, se esvaindo. Logo, a escuta sobre a chegada desses grupos em Piquiá e como refazem suas vivências toca nessas fraturas sociais de reconstruções e adaptações. O senhor Joaquim relembra sua chegada aqui para as bandas da beira da estrada em Açailândia:

Nós viemos da Bahia, eu meu pai e meus irmãos, nós chegamos em 1962, ficamos em Açailândia dois anos. Meu pai pegou uma posse aqui (Piquiá), nós chegamos em 64 fazendo uma veredinha de Açailândia pra cá. Chegamos aqui, papai fez um tijupá na beira do rio, aí papai foi trabalhar de lavoura. Trabalhamos em lavoura. Quando foi em 1969 a Mendes Junior desceu fazendo essa estrada (BR222). Aqui nós já tínhamos os benefícios, aqui tudo era pasto. Aqui tá tudo beneficiado, tudo no pasto, mandioca, milho, arroz, feijão. Os tropeiros vinham pegar a safra e levava pra Imperatriz.

Ainda sobre os rastros dos moradores de Piquiá de Baixo conversamos com Dona Doca⁹ e ela nos relatou que chegou aqui em 72, veio de Barra do Corda-MA, morou na casa de sua irmã que já estava em Piquiá; casou e teve cinco filhas. Na comunidade ajudou a fundar o Clube de Mães junto com outras mulheres, um clube que mobilizava toda a comunidade em todos os eventos, sejam políticos, religiosos ou culturais, comenta a Dona Doca que muitas decisões importantes foram tomadas nesse lugar:

A gente fundou o Clube de Mães aqui. A gente trabalhava juntas, muitas mães. A gente fazia pedágio, a gente trabalhava e fazia cestas básicas para ajudar as pessoas mais necessitadas. A gente fazia muito evento, muitos passeios. A gente levava uma vida muito boa aqui.

O relato de Dona Doca, que também é de outras mulheres da comunidade, mostra como esse coletivo de mulheres arregimentou outros grupos que os levou a conquistar algumas das lutas travadas. Dona Doca relembra, também, que ela e as demais mulheres engajadas no projeto carregaram tijolos, areia, cimento e juntas ergueram o Clube de Mães. Essas lembranças de luta de dona Doca e das demais mulheres de Piquiá reforçam a reconstrução de suas vidas nesse novo lugar que se

⁹ Conversa realizada em agosto de 2019 em uma reunião com a comunidade do Piquiá de Baixo, fruto da pesquisa feita em parceria com a UFMA-UFT-Uemasul.

tornou seus lares. Dona Doca se expressa novamente falando sobre seu cotidiano no Piquiá nos seus tempos de jovem, reforça ela, “toda a minha memória é daqui”.

A memória de dona Doca vai longe e traz os aspectos socioculturais da vida de comunidades rurais maranhenses, sua relação com os ofícios e folguedos religiosos. Sobre o reizado, festa que era muito comum no interior do Brasil e Maranhão, ela ainda relata, “a gente canta, tem os tambores pra bater, a gente canta e dança com a garrafa na cabeça, era assim”. A alegria e entusiasmo em lembrar esses momentos representa a vida que pulsa em suas memórias, expressando a importância que o lembrar tem para o significado de vida dessas pessoas que já vivenciaram as bruscas mudanças do seu lugar. As transformações que sofreu o bairro de Piquiá de Baixo, se tornando um bairro industrial, deixou fraturas socioculturais e ambientais, os moradores no ato de relembrar encontram consolo em suas memórias.

Outro morador do Piquiá de Baixo, o senhor Edvard, lembra-se de bons momentos na comunidade,

Aqui a gente vivia uma vida tranquila, os vizinhos sentavam na porta de casa toda tarde para contar causos debaixo de um pé de pau e era todo mundo feliz, porque a gente banhava no rio ali e pescava ali e vivia da agricultura. Em qualquer lugar que a gente podia plantar a gente vivia bem, porque o mantimento dava. Hoje não, todo mundo é prejudicado [...] ¹⁰.

Nas conversas, os moradores sempre faziam referência à prática da agricultura e pesca no rio para o autoconsumo assim como as boas relações comunitárias, sem deixar de lembrar os banhos e festas que tornavam a vida mais leve e alegre. Para Halbwachs (1990), as memórias são construções dos grupos sociais, sendo estes grupos que determinam o que pode ser lembrado e os lugares onde essa memória é preservada. Então, é certo que a memória coletiva se baseia nas lembranças que cada pessoa traz enquanto participante de um grupo. A memória é explicada por Delgado (2006) como uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente. Nesse ponto, o conceito de tempo aparece como relevante, pois as representações sobre o tempo são construções concretas da realidade material, logo, em conjunturas diferentes da história os homens constroem análises e representações específicas sobre o acontecido e o vivido.

¹⁰ Projeto Usina. Aconteceu deu sonho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y35MTS2wWio>. Acesso em: 04 set. 2019.

Mas, não é só de boas lembranças que vivem os moradores de comunidades de beira de estrada na Mesorregião Oeste maranhense, como bem destacado, sabemos bem dos conflitos e embates que muitos desses moradores enfrentaram e ainda enfrentam. No caso da comunidade do Piquiá de Baixo o impacto negativo gerado pelas siderúrgicas que se instalaram perto da comunidade é explícito. Esses impactos que se manifestam em vários aspectos diariamente, gerando inclusive doenças que afetam crianças, adultos e idosos, são fatos narrados de forma dolorida, muitos chegam às lágrimas e ao silêncio, já que contar suas histórias de sofrimento, dói.

Pollak (1989, p.04) frisa que, quando se privilegia a análise de grupos excluídos e marginalizados, a metodologia da história oral ressalta a importância de memórias subterrâneas. Essas afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados, são lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. Segundo o autor existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios e não ditos. Essa tipologia de silêncios é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta. Uma vez que as memórias subterrâneas invadem o espaço público, as múltiplas reivindicações invadem cena das memórias.

No contexto de Piquiá de Baixo isto se expressa na forma de superação que veio através luta coletiva por direitos e garantias que lhes minimizassem o sofrimento e descaso das empresas envolvidas, assim como do próprio Estado. O processo de articulação regional, nacional e até mesmo internacional faz com que esse grupo consiga manter-se superando todas as sequelas de suas memórias subterrâneas. Os silêncios, assim como suas vozes, portanto, se transformaram em grito de socorro em prol de nenhum direito a menos. Assim sendo, a visibilidade do grupo ganha asas internacionalmente via um processo de empoderamento nas mídias digitais.

O discurso e as histórias de vida: Quem são eles? O que falam em redes?

O objeto desta parte da análise serão as histórias de vida dos moradores no *Facebook* da Rede Justiça nos Trilhos (Jnt) enquanto construção simbólica, que podem ser localizada pelo endereço <https://www.facebook.com/justicanostrilhos/>. A rede é um movimento do qual faz parte a Associação de Moradores de Piquiá. As plataformas da rede trazem as atividades das comunidades do Corredor Carajás que lutam por seus direitos socioambientais. São comunidades urbanas, rurais, quilombolas e indígenas.

Nesse sentido, explica Charaudeau (2010, p. 36), “a informação é pura enunciação”, que gera outro saber interligado às condições de produção, à recepção e

ao interesse social elaborado no ato de comunicar. A página do *Facebook* da Rede Justiça nos Trilhos foi criada em criada em 10 de janeiro de 2012. Optamos pelo *Facebook*, em função de ser a rede social da Jnt com maior volume de inscritos, em maio de 2020 totalizavam 4494 seguidores, o maior público em adesão das mídias da organização¹¹. Além do *Facebook*, há contas no Twitter e Instagram, todas criadas entre o período de 2012 a 2013, materializadas como outras frentes de engajamento.

Ao apostar nas histórias de vida, a Rede Justiça nos Trilhos objetiva o contraponto ao silêncio das mídias tradicionais, onde os moradores aparecem, nas poucas vezes, em situação de conflitos, fazendo relato dos problemas enfrentados, descontextualizados da vida diária, dos afazeres e valores. Ao apresentar nomes, moradas, famílias, memórias, a rede social gera referências para outros sentidos, com uma legitimidade e potência para o falar. O ato de comunicar envolve as escolhas (Como atestar a validade da informação? Qual a melhor forma de atingir o público visado? Como transpor numa linguagem os fatos?) e principalmente os “efeitos de sentido”, ou seja, como influenciar o outro, fazê-lo visualizar a situação a partir de outro quadro (CHARAUDEAU, 2010: p.39). Portanto, a comunidade organizada foi construindo, ao longo do processo de confronto simbólico, suas *estratégias discursivas*, que resultam da relação entre as condições intradiscursivas e extra discursivas para produzir sentidos: as condições de produção do discurso, as identidades dos interlocutores, as intenções e os dispositivos aplicados na relação.

Além do fechamento de estradas, ações de integração e processos jurídicos, a Rede Justiça nos Trilhos apostou nas mídias digitais, através do corpo técnico e de estratégias de visibilidade e de empoderamento da comunidade de Piquiá de Baixo. No caso de Piquiá, uma das principais frentes é efetivar o reassentamento das 312 famílias e as mais de mil pessoas, que reunidas na assembleia dos moradores, decidiram pela saída coletiva. Pela pressão jurídica, os recursos foram sendo liberados paulatinamente, junto ao Governo Federal, Caixa e empresas da cadeia minero-siderúrgica, a partir de 2018, situação submetida ao cenário político conservador e instável do governo Bolsonaro¹².

¹¹ Dados obtidos através da conta <https://www.facebook.com/justicanostrilhos/> em 22 de maio de 2020. A página apresenta o perfil da Jnt que: “tem se consolidado na defesa dos direitos das comunidades e contra os impactos da mineração nos territórios da Amazônia, sobretudo nos estados do Maranhão e do Pará”. Sobre o conteúdo, traz vídeos, notas jornalísticas, links e campanhas. Há páginas relacionadas, como Seminário Carajás 30 Anos e Comissão Pastoral da Terra. A mesma foi curtida por movimentos como Iglesias y Minería, Artigo 19, Greenpeace Brasil e Justiça Global, além de jornalistas e instituições noticiosas como Leonardo Sakamoto, Mídia Ninja e Agência Pública.

¹² O contrato com a Caixa foi formalizado em setembro de 2018. In: <http://justicanostrilhos.org/2018/09/19/piquia-de-baixo-assina-contrato-para-liberacao-de-financiamento-do-projeto-de-reassentamento-da-comunidade/>. Acesso em: 5

Denise Cogo (2004, p.42) reflete sobre essa questão e explica que no mundo pós-industrial, as mídias se estruturam como “matrizes configuradoras de identidades culturais” e, mais do que tecnologias ou espaços de interação, conferem visibilidade pública às organizações e instituições, assinalam práticas sociais e reforçam perspectivas de realidades próprias. O protagonismo midiático dos movimentos sociais se materializa sob as exigências de visibilidade pública, pautadas na lógica das mídias conhecidas (rádio, TV, impressos e internet) ou, ao se apropriarem desses mecanismos, na organização de seus próprios canais nas redes sociais, assim estabelecem espaços de conflitos, embates e acomodações.

Manuel Castells (2013), ao analisar os novos momentos sociais após a crise de 2008 e as mobilizações especificamente de 2011 na Europa e Ásia, aponta que a internet se tornou o terreno para a contestação da ordem política. O autor denomina essa nova forma de mobilização de “conectividade”, com agrupamentos locais interligados de forma transnacional, capazes de espalhar rapidamente conteúdos e imagens em todo o globo.

Nessa perspectiva sociológica, no ciberespaço os movimentos sociais almejam uma “democracia participativa”, em contraposição às armadilhas da democracia representativa, desnudada pelos escândalos políticos e crises econômicas, conforme Castells (2013). Outra característica das organizações é a horizontalidade, ou seja, não há lideranças apresentadas de forma tradicional, as ações vão recebendo compartilhamentos em um processo intersubjetivo que une posições políticas e críticas às instituições atuais. Nessa perspectiva, Raquel Recuero (2014, p.115), explica que sites como o *Facebook*, impactaram a internet por gerarem múltiplas formas de conexão, denominadas pela autora de “conexões associativas”, que são as configurações de relações sociais mantidas ou reestruturadas no ambiente digital. Essas conexões interligam os atores ou “amigos”, num ciclo permanente de informações em rede, e todos têm acesso aos que os demais publicam, podem ser partilhadas entre vários grupos, replicadas e encontradas através de ferramentas de busca. Essa dinâmica torna as conversações cada vez mais públicas, amparam opiniões, reforçam ideias e confrontos.

Para compreender quais discursos foram gerados sobre as histórias de vida da comunidade e seus moradores para rebater a ideia de progresso econômico, defendida pela cadeia da mineração instalada na Amazônica e com ramificações em Açailândia -

MA, pesquisamos no período de outubro de dezembro de 2019 e janeiro e março de 2020 os conteúdos publicados no *Facebook* da Rede Justiça nos Trilhos. Selecionamos esse recorte temporal em função de alguns acontecimentos, quais sejam: 1) a participação de moradores no Sínodo da Amazônia¹³, maior evento realizado pelo Vaticano em 2019 sobre as questões ambientais que contou com presença de representantes de Piquiá de Baixo; 2) completou-se um ano do início das obras do novo bairro, Piquiá da Conquista; 3) o falecimento do ex-presidente da Associação de Moradores, Edvard Dantas; 4) no âmbito externo, completou-se um ano da tragédia em Brumadinho-MG e quatro anos do crime ambiental em Mariana-MG, ambos envolvendo a Vale.

Ao analisar o discurso dos conteúdos postados, a finalidade foi analisar aquilo de que se fala - o que é informado. Para Charaudeau (2010, p. 94) é o movimento da linguagem, processo que “ao mesmo tempo em que está relacionado a um ato de troca, volta-se para o mundo para recortá-lo de uma maneira mais ou menos racional, através das representações languageiras e reconstruí-lo em categorias de sentido”. Trata-se do “mundo-objetivo” transmutado em significados, ou seja, interligado ao universo do discurso, o ponto de encontro do objetivo compartilhado e as condições de produção, os contextos do mundo.

Selecionamos as histórias de vida, que são destacadas nos materiais compartilhados na página do *Facebook* da Rede Justiça nos Trilhos. Partimos da compreensão de que a história de vida (DELGADO, 2014; BOSI, 2003) representa depoimentos sobre a história vivida, através de narrativas construídas e da interação com os sujeitos, podendo trazer as múltiplas instâncias da realidade. Bosi (2003, p.16) enfatiza que “do vínculo com o passado se extrai a força para a formação da identidade”, forjam-se as sensibilidades e comportamentos de um determinado momento histórico. Abordar as memórias orais é reunir, no ator de lembrar, segundo a autora, os esquecimentos, as omissões, e inautenticidades. Por outro lado, converge em outra direção, trazem à tona as representações ideológicas e a complexidade dos ocorridos narrados.

Para a análise e pesquisa, compilamos os materiais nos quais as ações dos moradores e moradoras são representadas de forma direta, em materiais específicos

¹³ O Sínodo da Amazônia foi um evento da Igreja Católica, realizado na cidade do Vaticano, entre 6 a 27 de outubro de 2019, para discutir os caminhos da evangelização na Amazônia e enfrentar os desafios socioambientais, econômicos e culturais daquela região. Participaram bispos, missionários, leigos e representantes dos povos indígenas (CNBB, 2020). In: <https://www.cnb.org.br/destaque-2019-para-a-amazonia-colaborou-com-o-processo-do-sinodo/>. Acesso em: 2 maio 2020.

produzidos para a página e quando eles detalham aspectos da sua vida: as trajetórias, os problemas, suas reivindicações, apoio a outras localidades, e participação em atos públicos. Foram excluídos links de outras fontes, como revistas, jornais ou sites de notícias nacionais ou do exterior. O material postado em questão é organizado por jornalistas da Assessoria de Comunicação da Rede Justiça nos Trilhos, que fazem a triagem e postagens com regularidade e adota múltiplas linguagens: textos, fotos e vídeos. Separamos no quadro abaixo os materiais com as características indicadas:

Quadro 1 – Materiais publicados entre outubro de 2019 e março de 2020

Data	Assunto	Numeração
15 de outubro de 2019	Flávia Nascimento, de Piquiá, e a Carolina Moura, de Brumadinho, estiveram na 5ª sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental da ONU, em Genebra, Suíça	1
14 de novembro de 2019	Foto feita por moradora de duas crianças brincando e alegres, no bairro Piquiá da Conquista	2
23 de novembro de 2019	Completo um ano do início das obras do novo bairro Piquiá da Conquista.	3
24 de janeiro de 2020	Ato em memória do primeiro e histórico presidente da Associação de Moradores	4
24 de janeiro de 2020	Plantio de árvore em homenagem ao senhor Edvard Dantas.	5
24 de janeiro de 2020	Seu Edvard está presente!	6
25 de janeiro de 2020	As primeiras casas construídas no bairro novo	7
30 de janeiro de 2020	Seu Edvard sempre presente na luta: ficaram seu legado, resistência e coragem.	8
12 de fevereiro de 2020	Projeto de reassentamento e a participação feminina.	9
11 de março de 2020	Mulheres de Piquiá de	10

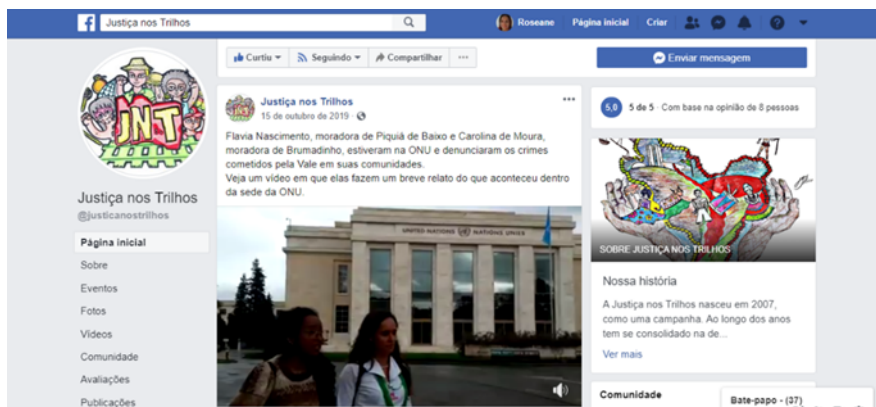
	Baixo participam de oficina sobre autobiografia, com a jornalista Bianca Santana.	
17 de março de 2020	A comunidade de Piquiá de Baixo foi atingida pela cheia do Rio Piquiá e pede doações.	11
17 de março de 2020	A solidariedade e união dos moradores e parceiros para enfrentar os prejuízos gerados pela cheia.	12
17 de março de 2020	Integrantes da associação e moradores lavam casas e colocam móveis para secar.	13
20 de março de 2020	A comunidade, por meio da associação, agradece a todos os que se solidarizaram.	14
20 de março de 2020	Membros da associação de moradores e parceiros trabalham em quatro postos para ajudar 65 famílias desabrigadas.	15
23 de março de 2020	Moradores reclamam que nível da água do rio que corta a comunidade voltou a se elevar.	16
27 de março de 2020	Associação de Moradores suspende obras de Piquiá da Conquista para prevenção do Covid-19.	17

Fonte: elaborado pelos autores.

Para realizar a análise trazemos a colaboração de Bourdieu (2012), com a teoria dos campos, e de Franciscato (2005), sobre o campo jornalístico, para apreensão das lutas pelo poder e das relações sociais. Segundo o pesquisador francês, os conflitos sociais envolvem todos os campos (econômico, político, cultural) que são atravessados pelos sistemas simbólicos, que organizam uma ordem social e um enquadramento para o pensar e o agir no mundo, e se transformam em uma forma de controle de uma classe sobre as outras. É no contraponto ao discurso das empresas ao construir outra lógica simbólica, que a comunidade de Piquiá de Baixo e apoiadores agiram.

Nos materiais analisados, podemos encontrar três formações discursivas: 1) protagonismo dos moradores ou moradoras nas ocorrências; 2) valorização das memórias e trajetórias; e 3) união dos integrantes da associação de moradores no enfrentamento de momentos difíceis. Como pontua Bourdieu (2012, p. 11), “as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre relações de poder, que dependem na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes”. Ao apontar os moradores e moradoras como sujeitos da própria história (1, 9,10), capazes de romper com a fronteiras do bairro, estar em espaços como a Organização das Nações Unidas (ONU) e lutar por seus direitos, rompe-se com a ideia de que a questão esteja restrita ao Estado e que o grupo não teria condições de enfrentar os interesses econômicos. É notório ainda que as notas ressaltam a presença de uma liderança jovem, Flávia Nascimento, de 25 anos, que participou do Sínodo da Amazônia, na Itália, no mês de outubro de 2019. A figura destacada de Flávia traz outra visão para os jovens da comunidade, de que é possível uma ação sobre o mundo a partir da mobilização.

Figura 1 – Participação da moradora Flávia Nascimento em evento na ONU



Fonte: captura de tela do Facebook feita pelos autores.

Em outro material, ao mostrar a maioria das integrantes da comunidade, as mulheres, em ações, como assembleia mensal e uma oficina de autobiografia, reforça-se o empoderamento delas em seus textos e imagens delas reunidas e contentes: mulheres que se esforçam pelo futuro das suas famílias e aprendem a contar suas próprias histórias de vida. Ao apresentar as ações da atualidade e ao acumular poder simbólico através da produção jornalística, busca-se o tempo da ação e da mudança nas sociedades urbanizadas. A notícia, como referência da realidade imediata,

alimenta-se a cultura do tempo presente (FRANCISCATO, 2005, p.63). Enquanto forma de conhecimento sobre o mundo, o material jornalístico pode gerar outros posicionamentos, debates e questionamentos dos sujeitos e demais classes sociais. Almeja-se o capital político para promover mudanças e propor políticas que beneficiem a população.

As postagens sobre a morte de uma liderança como Edvard Dantas em janeiro de 2020, foi um momento de reafirmar a trajetória histórica do bairro e as conquistas (4, 5, 6 e 8). O então presidente da Associação de Moradores, Edvard Dantas, percorreu casas, fez viagens a São Luís e contactou a Igreja Católica em busca de apoio para as solicitações do bairro, ao lado de outros integrantes da associação. Relembrar que a morte foi também gerada pela poluição no local onde morou por longos anos, fez parte da nota publicada, bem como a atuação decisiva expressa nas imagens postadas, com olhar sério ou falando ao microfone em um protesto, e nos versos para agradecer o trabalho coletivo:

Figura 2 – Nota sobre o falecimento de Edvard Dantas



Fonte: captura de tela do Facebook feita pelos autores.

As palavras legado, esperança, vida digna e alegria, colocadas e reafirmadas em outras postagens (2, 3 e 7), como a foto de crianças brincando e sorrindo no novo bairro, batizado como Piquiá da Conquista, reafirma a necessidade de valorizar a articulação coletiva, de aguardar os resultados durante uma espera longa, que pode desgastar o ânimo da população, contudo, pode resultar em êxito para os que desejam uma vida melhor, longe dos problemas de infraestrutura do bairro. Reiteram que as novas casas já estão erguidas (de alvenaria, amplas para as famílias numerosas, com

modelos exigidos e conquistados por via judicial junto à Caixa); em outra notícia, mostram as ações que resultaram nas vitórias sobre os segmentos de poder econômico. Reiteram a mesma ideia em diferentes episódios através das notas envolvem a criação de novos hábitos culturais e sociais, como explica Franciscato (2005, p. 63) ao abordar como o jornalismo reformulou o tempo nas sociedades ocidentais. A notícia provoca a interação entre as pessoas, o interesse em compartilhar aquele saber, o debate, então, pode resultar em uma ação na sociedade, nas mudanças que envolvem o jogo de forças.

Por fim, as postagens do mês de março de 2020 (11 a 17) sinalizam para um discurso de união e solidariedade, porque dois problemas são enfrentados: a enchente do riacho que corta Piquiá de Baixo, com a destruição de parte da BR 222, que dá o acesso ao local, e a pandemia de covid-19, que chegou ao Brasil no final de fevereiro. Há uma ênfase no protagonismo da Associação de Moradores, que cria uma rede de solidariedade para amenizar o sofrimento com a enchente e acolher os desabrigados.

As postagens trazem boletins ilustrados com fotografias sobre os pontos de arrecadação, relatam a mobilização dos moradores e a recuperação de móveis e casas; nesta situação, as empresas ligadas à mineração também buscaram oferecer doações e apoio ao bairro. A organização tentava quebrar a construção de um discurso de hegemonia das empresas mineradoras, que ofereceram apoio à comunidade após a enchente. Bourdieu (2012, p.10) explica que se trata de uma estratégia de dominação, quando as distinções são dadas para diferenciar as classes e, em uma “integração fictícia”, se favorece a desmobilização dos dominados, diferenciando-se os que têm dinheiro e podem agir dos que precisam da ajuda e estão enfraquecidos.

A paralisação das atividades por 15 dias do novo bairro por conta das medidas sanitárias adotadas no estado contra a pandemia é o acontecimento que encerra o período de análise: a medida cautelosa frente ao perigo externo é relacionada ao papel da Associação de Moradores no tocante à organização e acompanhamento de toda a obra, que teve aprovação da Caixa e sofreu reverses com a eleição de Jair Bolsonaro e as políticas de contenção e cortes de recursos para a habitação. O maior desafio da mobilização dos moradores é enfrentar o reordenamento político do país e continuar com suas reivindicações através do discurso que defende o respeito à vida e à dignidade dos povos amazônicos.

Considerações finais

O objetivo da pesquisa envolveu a investigação das formas de resistência e denúncias a partir do estudo das histórias de vida da comunidade de Piquiá de Baixo, o mesmo foi alcançado ao levantarmos os sentidos gerados nas memórias compartilhadas pelos moradores e moradoras da comunidade de Piquiá, ao apontarem os conflitos com sucessivos projetos econômicos que prejudicavam a população. A partir dessas referências, apreendemos o discurso da página no Facebook que faz um rompimento na abordagem do cotidiano da população de áreas urbano-rurais, como Piquiá de Baixo.

Ao ouvir os moradores e moradoras conectados com suas formas de viver, valorizar as trajetórias de vida e trazer o protagonismo em atividades políticas, a página constrói representações diferentes das usuais, atreladas aos embates descontextualizados, aos silenciamentos sobre as existências e modos de vida de favelados, camponeses e excluídos.

A partir da compreensão do processo conflitivo histórico, de luta pela terra e pelo direito à moradia e à vida, investigar as histórias de vida dos moradores de Piquiá nos remete a um exemplo de articulação que tenciona romper com significados que oprimem as classes excluídas socialmente. As vozes de dona Tida, dona Doca ou seu Joaquim, entre outros, nos permitem apreender a força do discurso presente na página do *Facebook* da Rede Justiça nos Trilhos, que trazem outros sujeitos, ações e mobilizações dos integrantes do bairro.

Compreendemos que a Jnt, através da sua rede social, se propôs a “humanizar” o discurso sobre os homens e mulheres residentes no bairro mais antigo de Açailândia - MA. Deserdados das políticas públicas ao reclamarem da poluição causada pelas siderúrgicas enfrentaram a exclusão dos noticiários até o começo das articulações para a saída coletiva do bairro. O processo de “humanizar” significa respeitar o outro em sua singularidade, evitar, portanto, a falta de compreensão da realidade, o tom acrítico e a narrativa superficial, ou seja, captar o universo do outro em sua totalidade (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p.94).

É uma postura que tem início na interação social, no cultivo da alteridade nas práticas sociais, como analisa Cremilda Medina (2008), é estar aberto à transformação ao acessar outras realidades e significados. É dialogar para apreender na vida de relação, ter a certeza que pode deixar um estado e ser inserido em outro, o “não saber” para conhecer mais profundamente a vida humana. Nesse mesmo caminho, Stela

Caputo (2006) nos diz que o jornalista está envolvido por duas perspectivas no ato de comunicar: se prender ao previsto, a um planejamento sobre a realidade objetiva, ou entender o trabalho organizado, porém que pode ser reestruturado frente a narrativas que tragam histórias de vida significativas, que podem ser compartilhadas em horizontes mais críticos, aprofundados e que rejeitem enquadramentos que circulam e que disfarçam vontades de grupos econômicos em desejos coletivos.

Ao conectar os embates econômicos e políticos, travados pela comunidade de Piquiá e seus apoiadores atualmente ao protagonismo dos moradores, às mobilizações contra forças econômicas e às histórias de vida eivadas de determinação, coragem e espírito comunitário, o discurso jornalístico da página da Rede Justiça nos Trilhos mostra formas de luta e denuncia o descaso das autoridades e a ganância da cadeia de mineração na Amazônia Oriental. Mostram um jornalismo que valoriza vozes excluídas e aponta a capacidade de articulação do grupo e a participação comunitária, como eixos da luta contra as opressões.

Referências

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Quebradeiras de Coco** - identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas. São Luís, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu avec Löic Wacquant: réponses**. Paris: Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivido da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CAPUTO, Stela Guedes. **Sobre entrevistas: Teoria, prática e experiências**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

COGO, Denise. Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. In: PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**. São Paulo: Angellara, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral, memória, identidades. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral, memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANKLIN, Adalberto. **História econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristovão: Editora UFS, Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

GERALDES, Ellen Cristina et al. **Um grito no ar**: comunicação e criminalização dos movimentos sociais. Brasília: FAC-UnB, 2017.

HALBWACHS, M. **Memória coletiva**. São Paulo: Editora Biblioteca Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão (et al.), Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica**: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: Editora 34, 2008.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista**: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, p. 12. 1993.

PEREIRA, Aline A. et. al. **O grito e a beleza em Piquiá de cima e a baixo**. In: BRUSTOLIN, C. (Org.) **Liberdade caça jeito**: a história de todos na história de cada um. São Luís: EDUFMA, 2019.

FEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**: modos de investigação na imprensa. Petrópolis: Vozes, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 5, nº 10, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh> Acesso em: 02 maio 2020.

REIS, Walison Silva. Efeitos socioespaciais de grandes projetos no sudoeste maranhense. In: SOUSA, Jailson de Macedo (Org). **O regional e o urbano no sul do Maranhão**: delimitações conceituais e realidades empíricas. Imperatriz: Ética, 2013.

RECUERO, Raquel. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Revista Verso e Reverso**, maio-junho, 2014.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5 ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. **Nova economia**. Belo Horizonte, 1997, p. 1-28.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Favelas urbanas favelas rurais. **Revista IEB**. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69604/72224>, acesso em: 07.mai. 2020.

TEIXEIRA, Natalia Mendes. **Imperatriz**: a terra da pistolagem, assassinatos, memórias, fatos, representações e lógicas sociais. Imperatriz/MA. Ed.: ética, 2016.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ABSTRACT:

The community of Piquiá de Baixo, located in the city of Açailândia / MA, keeps fighting for its space, in order to maintain its legacy and the right to housing. This journey came from a long process that formed an intense panel of confrontations, which started with the struggle for settlement in the land, with the arrival of landowners and extended to the environmental impact caused by mining companies. In this conflictive scenario, we aim to examine the ways of denouncing and resisting residents, with the privileged locus of analysis being the residents' life stories. It will be a qualitative research, with a double approach: social cartography, which values collective memories, and discourse in a social network that reflects life stories. We note that there is an empowerment and political denunciation through digital activism, contrary to the hegemonic discourse.

KEYWORDS: Eastern Amazon; Rural Communities; Memories; Digital Activism.

RESUMEN:

La comunidad de Piquiá de Baixo, ubicada en la ciudad de Açailândia / MA, sigue luchando por su espacio, para mantener su legado y el derecho a la vivienda. Este viaje provino de un largo proceso que formó un intenso panel de confrontaciones, que comenzó con la lucha por el asentamiento en la tierra, con la llegada de los propietarios y se extendió al impacto ambiental causado por las compañías mineras. En este escenario conflictivo, nuestro objetivo es examinar las formas de denunciar y resistir a los residentes, siendo el lugar privilegiado de análisis las historias de vida de los residentes. Será una investigación cualitativa, con un doble enfoque: la cartografía social, que valora los recuerdos colectivos, y el discurso en una red social que refleja historias de vida. Observamos que existe una potenciación y

denuncia política a través del activismo digital, contrario al discurso hegemónico.

PALABRAS CLAVE: Amazonía Oriental; Comunidades Rurales; Recuerdos; Activismo Digital.